



Concurso Público Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União

Caderno de Prova Objetiva

Aplicação: 7/3/2004

MANHÃ

CESPE
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Criando Oportunidades para Realizar Sonhos

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira se ele contém **duzentos** itens, correspondentes à prova objetiva, corretamente ordenados de 1 a 200.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Recomenda-se não marcar ao acaso: a cada item cuja resposta diverja do gabarito oficial definitivo, além de não marcar ponto, o candidato perde **1,00** ponto, conforme consta no Edital n.º 1/2003 – TCU, de 18/12/2003.
- 4 Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 5 Durante a prova, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 A duração da prova é de **quatro horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 7 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de prova.
- 8 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho ou na folha de respostas poderá implicar a anulação da sua prova.

AGENDA

- I **8/3/2004** – Divulgação, a partir das 10 h, dos gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva, na Internet — no sítio <http://www.cespe.unb.br> e nos quadros de avisos do CESPE/UnB, em Brasília.
- II **9 e 10/3/2004** – Recebimento de recursos contra os gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva, exclusivamente no local e no horário que serão informados na divulgação desses gabaritos.
- III **5/4/2004** – Data provável da divulgação (após a apreciação de eventuais recursos), no Diário Oficial da União e nos locais mencionados no item I, do resultado final da prova objetiva e do resultado provisório da prova discursiva.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido no item 12 do Edital n.º 1/2003 – TCU, de 18/12/2003.
- Informações relativas ao concurso poderão ser obtidas pelo telefone 0(XX) 61 448 0100 ou pela Internet, no sítio <http://www.cespe.unb.br>.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 200 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção da sua prova.

PARTE I

1 A moralidade pública consiste em uma esfera de que
2 todos os seres humanos participam, na medida em que cada
3 sistema moral, a fim de revelar sua unilateralidade, precisa
4 ser confrontado com outros. Segue-se a necessidade de que
5 todos os seres humanos sejam incluídos no seu âmbito. Sob
6 esse aspecto, a moral pública é uma moral cosmopolita, pois
7 estabelece regras de convivência e direitos que asseguram
8 que os homens possam ser morais. É nesse sentido que os
9 direitos do homem, tais como em geral têm sido enunciados
10 a partir do século XVIII, estipulam condições mínimas do
11 exercício da moralidade. Por certo, cada um não deixará de
12 aferrar-se à sua moral; deve, entretanto, aprender a conviver
13 com outras, reconhecer a unilateralidade de seu ponto de
14 vista. E com isso obedece à sua própria moral de uma
15 maneira especialíssima, tomando os impeditivos categóricos
16 dela como um momento particular do exercício humano de
julgar moralmente.

José Arthur Gianotti. **Moralidade pública e moralidade privada.**
In: **Ética**, Adauto Novaes (org.). São Paulo: Companhia das Letras,
Secretaria Municipal de Cultura, 5.ª impressão, 1997, p. 244 (com adaptações).

Em relação ao texto acima, julgue os itens que se seguem.

- 1 Tanto sob o ponto de vista estilístico e sintático como sob o ponto de vista semântico, admite-se como correta e adequada ao contexto a substituição de “consiste em uma” (R1) por **constitui-se como uma**.
- 2 Pelas relações gramaticais e semânticas do texto, é correto afirmar que a presença da preposição “de” nas duas ocorrências do termo “de que” (R1 e R4) é exigida, respectivamente, pela regência das palavras “esfera” (R1) e “necessidade” (R4).
- 3 As relações coesivas estabelecidas no texto indicam que a expressão “seu âmbito” (R5) está se referindo à expressão antecedente “cada sistema moral” (R2-3).
- 4 Caso o sinal indicativo de crase nas ocorrências “aferrar-se à sua moral” (R12) e “obedece à sua própria moral” (R14) seja retirado, os períodos permanecem gramaticalmente corretos, uma vez que os verbos “aferrar” e “obedecer” apresentam transitividade indireta e o elemento que se mantém é a preposição necessária à regência.
- 5 De acordo com a direção argumentativa do texto, uma idéia ilustrativa que poderia dar continuidade coerente e gramaticalmente correta ao trecho ao ser colocada após a última oração é: **Desse modo, a moral do bandido e a do ladrão tornam-se repreensíveis do ponto de vista da moralidade pública, pois violam o princípio da tolerância e atingem direitos humanos fundamentais**.
- 6 A partir das informações e dos argumentos do texto, é correto inferir que a moralidade pública tem como base regras de convivência e direitos estabelecidos no último século, partindo-se da compreensão de que o ser humano tem sua própria moral e o dever de julgar moralmente.

1 Em primeiro lugar, não distinguimos semanticamente
2 entre ética e moral, pois, embora o primeiro termo tenha
3 origem grega e o segundo, latina, ambos dizem respeito
4 duplamente a questões de caráter e de conduta. Dizemos,
5 portanto, que uma questão é ética quando se refere a ações
6 humanas julgadas segundo a perspectiva de serem boas,
7 corretas, acertadas. Mas, como os meios tecnológicos
8 também podem ser assim julgados e as ações de natureza
9 estratégica também podem ser corretas ou acertadas,
10 podemos afirmar, para distinguir mais precisamente o
11 território da ética, que ela diz respeito a ações corretas ou
12 acertadas à luz de uma vida humana boa e digna. Desta forma,
13 a questão ética encontra-se indissolúvelmente ligada às idéias
sobre a vida humana como um todo.

Luciano Zajdsznajder. **É a ética uma ciência?** In: **Desafios éticos.**
Brasília: Conselho Federal de Medicina, p. 15 (com adaptações).

Considerando o texto acima, julgue os itens seguintes.

- 7 De acordo com a argumentação do texto, a conjunção “Mas” (R7) articula-se à expressão inicial, “Em primeiro lugar” (R1); por isso, preservam-se as relações de sentido do texto ao substituí-la por **Em segundo lugar**.
- 8 Como o advérbio “assim” (R8) desempenha a função coesiva de recuperar a idéia da oração anterior iniciada pela conjunção “segundo” (R6), preserva-se a correção textual e gramatical ao se retirar o advérbio e mudar essa oração para depois de “julgados” (R8).
- 9 O desenvolvimento do texto permite considerar que os sentidos atribuídos a “ética” e “moral” mantêm imbricadas questões de caráter e de conduta.
- 10 Preservam-se a correção e a coerência textual ao se substituir “às idéias” (R14) por **com as idéias**.

1 A contemporaneidade vai urdindo novas situações
2 que demandam por novas opções éticas e pela consagração de
3 novos direitos. A produção apresenta sua clara dimensão
4 fãustica, a se usar a expressão de Marshall Bermann. Quanto
5 mais ela avança, mais ela destrói, em um processo
6 entropisante assustador. As distâncias sociais entre os países
7 desenvolvidos e os subdesenvolvidos aumentam de modo
8 devastador, não somente a partir de seus indicadores
9 econômicos, como também por sua produção de saber, o que
10 faz alguns autores vislumbrarem uma terceira fase do
11 capitalismo traduzida pela produção de *know how*. Ao mesmo
12 tempo, o ser humano chegou à sofisticação de poder se
13 suicidar enquanto espécie zoológica pelas armas que ele
14 próprio produz e, cada vez menos, controla. Os anos 30
15 voltam sinistros com a reaparição agressiva dos racismos. As
16 distâncias sociais nos países subdesenvolvidos são
assustadoras, uma vez que uma ínfima minoria detém parcela
significativa dos bens.

Roberto de Aguiar. **Ética e direitos humanos.** In: **Desafios éticos.**
Brasília: Conselho Federal de Medicina, p. 65 (com adaptações).

A partir do texto acima, julgue os itens subseqüentes.

- 11 As possibilidades de regência do verbo **demandar** permitem suprimir a preposição “por” (R2), sem a necessidade de outras alterações, para manter a correção gramatical do texto.

- 12 A oração iniciada por “a se usar” (R4) apresenta, textualmente, valor condicional.
- 13 As duas ocorrências do pronome “ela” (R5) remetem, por mecanismo de coesão textual, respectivamente, a “dimensão fástica” (R3-4) e a “produção” (R3).
- 14 Os sentidos textuais permitem que a relação semântica de adição expressa por “não somente (...) como também” (R8-9) possa ser expressa por **tanto (...) como também, não só (...)** **mas também** ou **tanto (...) quanto**.
- 15 Segundo o texto, as idéias expressas por “indicadores econômicos” (R8-9) e “produção de saber” (R9) são responsáveis pelo suicídio da espécie humana, porque provocam a proliferação de armas.
- 16 Se o texto fizesse parte de um documento oficial, como relatório ou parecer, a expressão “processo entropisante” (R5-6) deveria ser substituída para atender ao quesito de clareza e objetividade; além disso, a segunda ocorrência do pronome “ela” (R5) deveria ser suprimida para que se respeitasse a formalidade.

1 De um modo geral, o conflito ou a contradição que atravessam a separação entre o público e o privado podem ser resumidos na pergunta que sempre atormentou os moralistas antigos e os modernos: os fins justificam os meios? Um dos divisores de água que a modernidade traçou entre a ética e a política foi dado pela baliza posta por essa pergunta. No caso da ética, a resposta é negativa: os meios precisam estar de acordo com a natureza dos fins e, portanto, para fins éticos os meios precisam ser éticos também. (...) No caso da política, ao contrário, a resposta tende a ser positiva e estabelece uma diferença de natureza entre meios e fins, exigindo-se, porém, que haja alguma proporção (ou racionalidade) entre eles. A idéia que parece prevalecer é a de que, na política, todos os meios são bons e lícitos desde que o fim seja bom para a coletividade.

Marilena Chaui. **Público, privado, despotismo**. In: *Ética*, Adauto Novaes (org.). São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, 5.ª impressão, 1997, p. 353-4 (com adaptações).

Com base no texto acima, julgue os itens a seguir.

- 17 De acordo com as idéias do texto, são mantidas a coesão e a coerência ao se preencher com o trecho a seguir a lacuna representada por (...) na linha 9: **Em outras palavras, se a finalidade da ética é a virtude e o bem, os meios precisam ser bons e virtuosos, sem o que não há ética, uma vez que as ações realizadas em vista de um certo fim já fazem parte do próprio fim a ser atingido, são o caminho para ele.**
- 18 A expressão “divisores de águas” (R5) está sendo empregada em sentido conotativo e dá ao texto a idéia de fato, acontecimento, episódio que, em uma situação limite, provoca uma divisão no curso da evolução dos conceitos. Essa idéia se articula com o termo “baliza” (R6), empregado no sentido de marca, limite, referência deflagradora, parâmetro para a divisão inicialmente citada.
- 19 Em “exigindo-se” (R12), a eliminação do pronome enclítico “se” prejudicaria o sentido e a correção gramatical do período, porque a oração ficaria sem sujeito.
- 20 A inserção da conjunção **portanto**, com as devidas adaptações de maiúsculas, no início do último período do texto ou entre vírgulas após a expressão “parece prevalecer” (R13) provocaria inadequação sintática e incoerência textual.

PARTE II

A Constituição Federal estabelece que a ordem econômica se fundamenta na livre iniciativa e que será observado o princípio da livre concorrência, definindo, outrossim, o papel do Estado como agente normativo e regulador dessa atividade. A partir das diretrizes constitucionais da ordem econômica, julgue os itens a seguir.

- 21 A própria Constituição Federal sujeita certos setores à regulação estatal, admitindo, outrossim, a exploração direta de atividade econômica pelo próprio Estado.
- 22 A previsão direta e efetiva da criação de agências reguladoras no ordenamento jurídico brasileiro deu-se com a promulgação da Constituição em 1988, quando restou autorizada a regulação setorial das telecomunicações, da energia elétrica e do petróleo.
- 23 A repressão às infrações contra a ordem econômica no Brasil é de exclusiva competência do Poder Judiciário, uma vez que a intervenção na liberdade do exercício da atividade econômica pressupõe direito fundamental sujeito à reserva de jurisdição.
- 24 A proteção à propriedade industrial como propriedade intelectual constitui exceção à liberdade de concorrência, pois permite a comercialização com exclusividade da invenção tecnológica, por tempo ilimitado.
- 25 O Direito Econômico, como plasmado na Constituição Federal, é identificado a partir da noção de estado do bem-estar social (*welfare state*), superando a dicotomia entre o liberalismo clássico do *laissez-faire* e o dirigismo estatal do socialismo.

Julgue os itens que se seguem, acerca do regime constitucional do Ministério Público (MP) e de seus membros.

- 26 O princípio da indivisibilidade é decorrência do princípio da unidade e significa que um membro pode ser substituído por outro, sem alteração subjetiva nos processos em que oficiem.
- 27 Entre as funções institucionais do MP está a de requisitar diligências investigatórias e instauração de inquérito policial. Interpretando tal disposição, o Supremo Tribunal Federal (STF), por sua composição plenária, fixou entendimento de que a legitimidade para investigar é exclusiva da polícia judiciária, não possuindo o membro do MP prerrogativas de efetuar procedimentos dessa ordem.
- 28 A filiação partidária dos membros do MP não está proibida pela Constituição Federal, mas é incompatível com o exercício das funções; portanto, segundo o STF, a filiação tem como pressuposto o afastamento do membro mediante licença.
- 29 Segundo o STF, não ofende princípios da organização do Estado adotados pelo modelo federal a circunstância de uma constituição estadual prever que membros do MP estadual oficiem junto ao respectivo tribunal de contas.
- 30 A vitaliciedade do cargo de membro do MP é adquirida após dois anos de exercício. Para membros vitalícios, a aplicação de sanção disciplinar de perda de cargo demanda a procedência de ação civil específica com trânsito em julgado.

No que se refere à aplicação e à interpretação das normas de direitos fundamentais, julgue os itens subseqüentes.

- 31 A noção atual de que a Constituição Federal alberga e positiva valores fundamentais da sociedade, combinada com a inequívoca posição de *lex superior* que ostenta, leva o intérprete à conclusão de que todos os princípios jurídicos nela positivados não de ter eficácia jurídica.
- 32 Na concepção liberal-burguesa, os direitos fundamentais são oponíveis apenas contra o Estado, uma vez que eles existem essencialmente para assegurar aos indivíduos um espaço de liberdade e autonomia contra a ingerência indevida do poder público. Logo, tal concepção não agasalha a tese da eficácia dos direitos fundamentais no âmbito das relações interpretadas.
- 33 A norma que garante aplicabilidade aos direitos fundamentais somente se refere aos direitos arrolados no art. 5.º da Constituição Federal.
- 34 A norma constante do art. 5.º, segundo a qual o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor, é de eficácia contida, tendo em vista a necessidade de intermediação legislativa.
- 35 O princípio processual penal do *favor rei*, de inspiração nitidamente democrática, está expresso, entre outras idéias, na disposição constitucional que assegura que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.

Julgue os seguintes itens, acerca das competências dos vários órgãos do Poder Judiciário.

- 36 De acordo com entendimento firmado pela Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, não tem este tribunal competência constitucional para julgar governador de estado quando ele for parte passiva em ação de improbidade administrativa.
- 37 De acordo com entendimento firmado pelo pleno do STF, os agentes políticos não se sujeitam a procedimento próprio para condenação por improbidade administrativa, uma vez que estão submetidos à sanção pela prática de crime de responsabilidade, o qual engloba a improbidade.
- 38 Enquanto os membros dos tribunais de contas dos estados são julgados, nos crimes comuns, pelo respectivo tribunal de justiça, os ministros do Tribunal de Contas da União (TCU) são processados, em igual circunstância, pelo STF.
- 39 A existência de conflito de atribuições entre promotores de justiça de estados diferentes implica a existência de conflito entre estados da federação, assim atraindo a competência do STF para dirimi-lo.
- 40 Inexiste conflito de competência a atrair a jurisdição do STF, quando o suscitante é um tribunal superior e o suscitado, o TCU, porquanto tal conflito só pode existir entre autoridades ou órgãos judiciários, e o TCU não tem essa natureza.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os ministros do Supremo Tribunal Federal, por seu Tribunal Pleno, na conformidade da ata de julgamento, por maioria de votos, em conhecer do recurso extraordinário e lhe dar provimento para declarar a inconstitucionalidade do art. 25 da Lei n.º XYZ, do município de São Paulo.

Julgue os itens subseqüentes, relativos a controle de constitucionalidade, considerando o hipotético acórdão do STF apresentado acima.

- 41 A circunstância de tratar-se de recurso extraordinário indica que a decisão impugnada deve ter sido proferida no âmbito de processo subjetivo e não no de processo objetivo de controle concentrado de constitucionalidade exercido por tribunal de justiça.
- 42 O acórdão acima contém flagrante impropriedade que torna a hipótese inverossímil: cuidando-se de recurso extraordinário, seu julgamento deveria ser cometido à Turma e não ao Plenário do STF.
- 43 É possível, na situação hipotética acima, que a decisão do STF seja proferida com eficácia *erga omnes*; é o caso que ocorre, por exemplo, quando recurso extraordinário for interposto com o fundamento de que um tribunal de justiça, ao julgar representação de inconstitucionalidade em tese, contraria dispositivo da Constituição Federal.
- 44 A decisão por maioria do STF, conforme a hipótese apresentada, pode ter sido corretamente proferida por 5 votos contra 4.
- 45 Sempre que o parâmetro de controle utilizado em julgamento de representação em tese de inconstitucionalidade de lei municipal for norma constitucional estadual de absorção obrigatória do modelo constitucional federal, haverá possibilidade de recurso ao STF, como na hipótese descrita.
- 46 O recurso extraordinário de que trata a hipótese pode ter sido ajuizado pelo Ministério Público de São Paulo.
- 47 O STF não proferiria o acórdão citado, porque somente faz controle de constitucionalidade de lei municipal ante a Constituição Federal via ação originária.
- 48 Se houvesse, de algum modo, ofensa à Constituição Federal por decisão de tribunal de justiça em sede de controle concentrado de constitucionalidade de lei municipal, a impugnação haveria de se dar por meio de reclamação e não de recurso extraordinário.
- 49 A competência do Tribunal Pleno para o julgamento do hipotético recurso extraordinário de que trata o acórdão citado tem espeque na própria Constituição e não apenas no Regimento Interno do STF.
- 50 A comunicação ao Senado Federal é decorrência obrigatória do acórdão citado, pois a decisão se fez no âmbito de controle difuso, como implicitamente se deduz do recurso utilizado.

Acerca da organização do estado brasileiro, julgue os itens que se seguem.

- 51 A intervenção em estado pela União pode ser proposta ao presidente da República pelo TCU, quando deixar o governador de prestar contas de verbas recebidas do ente federal.
- 52 Havendo competência concorrente para legislar sobre determinada matéria e não tendo sido editadas normas gerais pela União e pelo respectivo estado, ao município é vedado legislar sobre essa matéria, ainda que para atender interesse local.
- 53 Um governador de estado não pode tomar posse em cargo na administração pública federal, ainda quando decorrente de concurso público, sob pena de perda do seu mandato.
- 54 Entre os bens da União estão os recursos minerais do solo e do subsolo.
- 55 O subsídio máximo de um vereador corresponde a 75% do subsídio pago aos deputados estaduais, sendo, ainda, limitado pela Constituição o total da despesa com remuneração dos parlamentares municipais.
- 56 O subsídio do governador de estado é fixado por decreto legislativo.

Com referência à organização e ao funcionamento do Poder Legislativo Federal, julgue os itens seguintes.

- 57 O processo de elaboração de leis no sistema bicameral impõe que o projeto aprovado por uma casa seja submetido à outra casa tantas vezes quantas forem as emendas que cada qual introduzir, de modo a garantir iguais poderes ao Senado e à Câmara dos Deputados.
- 58 Um projeto de lei aprovado e remetido ao presidente da República pode ser vetado no prazo fatal de quinze dias úteis; o veto, por sua vez, será apreciado em sessão conjunta e pode ser rejeitado, caso em que o próprio Congresso Nacional promulga a lei.
- 59 A votação das medidas provisórias sempre se inicia na Câmara dos Deputados.
- 60 Compete ao Congresso Nacional fixar o subsídio do presidente da República, bem como proceder à tomada de suas contas quando não apresentadas no prazo legal.
- 61 Somente haverá necessidade de autorização da casa respectiva para processar parlamentar federal, quando se tratar de crime cometido depois da diplomação.
- 62 Não se confundem os conceitos de sessão legislativa e legislatura; aquela é anual, esta tem duração de quatro anos.
- 63 O STF já decidiu sobre a extensão dos poderes investigatórios das comissões parlamentares de inquérito, reconhecendo-se-lhes possibilidade de determinar quebra de sigilo telefônico, fiscal e bancário.
- 64 Cabe a uma comissão permanente formada por deputados e senadores a apreciação das contas prestadas pelo presidente da República.

Julgue o item abaixo, relativo à repartição das receitas tributárias.

- 65 Incumbe ao TCU efetuar o cálculo das quotas dos tributos federais a serem repassadas ao fundo de participação dos municípios e ao fundo de participação dos estados e do Distrito Federal.

No que se refere a licitações, julgue os itens a seguir.

- 66 Em um mesmo processo licitatório, a administração pública pode combinar as várias modalidades de licitação para o fim de atender melhor ao interesse público.
- 67 O leilão, forma de licitação pública, pode ser realizado por leiloeiro oficial ou servidor designado para tal.
- 68 A venda de bens produzidos por entidades da administração pública, em virtude de suas finalidades, não está sujeita a licitação.
- 69 O pregão é modalidade licitatória que pode ser usada em contratações de qualquer valor, para aquisição de bens e serviços comuns pela administração pública federal, estadual ou municipal.
- 70 Segundo a lei, a licitação é necessária para a celebração de contratos de prestação de serviços com as organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no contrato de gestão.

Acerca dos contratos administrativos, julgue os itens que se seguem.

- 71 Não se aplicam disposições de direito privado aos contratos administrativos, os quais, além de cláusulas exorbitantes que os diferenciam dos contratos de direito comum, são regulados por legislação específica.
- 72 A administração pública pode firmar certas espécies de contratos administrativos com vigência que ultrapasse o plano plurianual.
- 73 Os contratos administrativos não podem ser prorrogados.
- 74 O princípio da continuidade do serviço público impossibilita a suspensão da execução do contrato em razão de inadimplência do poder público.
- 75 Segundo a jurisprudência dominante, a administração pública é responsável pelos encargos trabalhistas dos empregados daquele que com ela contrata.

Com relação aos atos da administração, julgue os seguintes itens.

- 76 Todo ato administrativo exige motivação, sob pena de invalidade, podendo esta ser declarada pela autoridade hierárquica superior.
- 77 A auto-executoriedade, atributo inerente aos atos administrativos, só não está presente quando vedada expressamente por lei.
- 78 Um decreto que produza efeitos gerais somente pode ser editado em caráter regulamentar.
- 79 A anulação de ato administrativo, por mais evidente que seja o vício, quando afeta direito de terceiro, deve ser precedida de contraditório.
- 80 Atos administrativos ilegais estão sujeitos à convalidação quando não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, ainda quando inexistente o motivo do ato.

A respeito dos princípios administrativos, julgue os itens subsequentes.

- 81** A vedação de aplicação retroativa de nova interpretação de norma administrativa encontra-se consagrada no ordenamento jurídico pátrio e decorre do princípio da segurança jurídica.
- 82** O princípio da legalidade pode ser afastado ante o princípio da supremacia do interesse público, especialmente nas hipóteses de exercício de poder de polícia.
- 83** Regras relativas a impedimentos e suspeições são aplicadas a servidores públicos como corolário do princípio da impessoalidade.
- 84** A revogabilidade dos atos administrativos, derivada do princípio da autotutela, comporta hipóteses em que a revogação não é possível.
- 85** O princípio da presunção de legitimidade ou de legalidade, que tem aplicação no campo probatório, impõe ao particular provar o vício do ato administrativo.

Quanto aos bens públicos, julgue os seguintes itens.

- 86** A alienação de bens imóveis das sociedades de economia mista depende de interesse público devidamente justificado, avaliação prévia, autorização legislativa e licitação.
- 87** A alienação de bens imóveis da administração direta poderá ser efetuada sem licitação nas hipóteses de investidura, entendendo-se como tal a venda, entre outras hipóteses, aos proprietários lindeiros de área remanescente ou resultante de obra pública que se tornar inaproveitável isoladamente.
- 88** O processo discriminatório das terras devolutas da União pode efetivar-se por meio de processo administrativo.
- 89** Com relação a loteamentos urbanos, a aquisição por município ou pelo Distrito Federal de vias, praças, espaços livres e áreas destinadas a edifícios públicos e outros equipamentos urbanos dá-se a partir do momento em que o projeto de loteamento é aprovado pelo poder público.
- 90** Por meio de procedimento de natureza administrativa, a União, o estado, o Distrito Federal ou o município prejudicado pode promover, junto ao oficial de registro de imóveis, a retificação de matrícula, de registro ou de averbação que esteja a importar em indevida transferência de terras públicas a particulares.
- 91** Os bens públicos podem ser objeto de oneração desde que não se tenha por fim a constituição de direito real de garantia.
- 92** O tombamento de bem particular que constitua patrimônio histórico não gera, como regra, obrigação de indenizar.
- O processo administrativo federal em geral restou regulado pela Lei n.º 9.784/1999. No que concerne ao processo administrativo, julgue os itens a seguir.
- 93** Um órgão administrativo e seu titular não podem, sem previsão legal expressa, delegar parte de sua competência a outros órgãos ou titulares.
- 94** Os atos do processo administrativo independem de forma determinada, a menos que a lei expressamente o exija.

95 O direito de a administração anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis aos destinatários decai em três anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé. No caso de efeitos patrimoniais contínuos, esse prazo é contado da percepção do último pagamento.

96 A interposição de recurso administrativo suspende os efeitos de ato impugnado quando deste decorra perda patrimonial para o administrado.

97 Observado o mesmo princípio do direito processual civil, o desatendimento de intimação pelo administrado importa o reconhecimento da verdade dos fatos.

Acerca dos serviços públicos, julgue os itens que se seguem.

98 Na concessão de serviço público, a remuneração do concessionário está condicionada à fixação de tarifa, uma vez que a relação de consumo subjacente não pode ser gratuita.

99 Denomina-se encampação a retomada do serviço concedido pelo poder concedente, durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público.

100 Na alienação do controle acionário de empresa estatal prestadora de serviço público, não se pode transferir concomitantemente a concessão do serviço público, ante a imposição constitucional de realização de licitação nas concessões.

101 O serviço público detentor de poder de polícia não pode ser objeto de concessão a particular.

102 A responsabilidade da administração direta é sempre objetiva.

Com relação ao regime jurídico dos servidores estatutários, julgue os itens subsequentes.

103 A reversão é forma de provimento de cargo público proscrita em face da exigência de concurso público.

104 O servidor em estágio probatório não pode exercer cargo de provimento em comissão.

105 O julgamento, pelo TCU, de ilegalidade de concessão de aposentadoria não implica, por si só, a obrigatoriedade da reposição das importâncias recebidas de boa-fé.

106 O pagamento das indenizações ao erário pelo servidor em razão de danos provocados à administração pública pode ser parcelado, a pedido do interessado, em qualquer hipótese.

A respeito da administração pública, julgue os seguintes itens.

107 O poder público pode criar empresa pública unipessoal.

108 Toda sociedade em que o Estado tenha participação acionária integra a administração indireta.

109 Os serviços sociais autônomos, embora não integrem a administração indireta, estão sujeitos aos princípios da licitação.

110 Descentralização é a distribuição de competências de uma pessoa para outra, física ou jurídica, e difere da desconcentração pelo fato de ser esta uma distribuição interna de competências, ou seja, uma distribuição de competências dentro da mesma pessoa jurídica.

PARTE III

No que se refere à responsabilidade de sócios de sociedades privadas regidas pelo Código Civil, julgue os itens a seguir.

111 Em uma sociedade em conta de participação, a responsabilidade pela atividade constitutiva do objeto social é exclusiva do sócio ostensivo.

112 A legislação brasileira, em alguns casos, proíbe a determinadas pessoas o exercício de atividade própria de empresário. No entanto, alguém que, embora legalmente impedido, tenha atuado no exercício de tal atividade não está isento de responsabilidade pelas obrigações contraídas.

O Código Civil estabelece limitações e proibições à contratação de sociedade por cônjuges. Acerca dessa matéria, julgue os itens que se seguem.

113 É facultado aos cônjuges casados em regime de comunhão universal de bens contratar sociedade entre si.

114 É proibido que cônjuges casados em regime de participação final nos aquestos contratem sociedade entre si.

115 Determinado empresário casado em regime de comunhão universal de bens somente poderá alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa se obtiver outorga conjugal.

116 Determinado empresário decidiu se casar e fez com a noiva pacto antenupcial. Esse documento, para ter efeito legal, somente precisa ser arquivado ou averbado no registro civil.

O Código Civil apresenta regras relativas à responsabilidade sobre a escrituração que afetam as sociedades de forma geral. Acerca dessas regras, julgue os itens seguintes.

117 Os lançamentos contábeis efetuados no livro diário de uma empresa por seu contador e aqueles feitos pelos preponentes (sócios administradores) produzem os mesmos efeitos, salvo se o contador houver procedido de má-fé.

118 O contador de uma empresa, ao exercer suas funções, torna-se pessoalmente responsável, perante os preponentes, pelos atos culposos que praticar.

119 Caso um contador e seu preponente pratiquem, em conjunto, atos dolosos, ambos se tornam, perante terceiros, solidariamente responsáveis.

120 A responsabilização dos proponentes de uma empresa, no que se refere aos atos praticados por seu contador no estabelecimento comercial, depende de ter havido autorização por escrito, por parte dos proponentes, para a prática de tais atos.

121 Os preponentes são responsáveis pelos atos praticados pelo contador perante a junta comercial caso tenham autorizado por escrito sua prática.

Nas sociedades por ações, os conselhos de administração e fiscal exercem especial papel na definição das políticas e diretrizes da empresa e no acompanhamento das deliberações tomadas. No que se refere às competências desses dois conselhos, julgue os itens que se seguem.

122 Cada membro do conselho fiscal tem, individualmente, atribuição de fiscalizar os atos dos administradores.

123 Supondo que determinado órgão da administração, com competência para tanto, tenha submetido à assembleia-geral proposta de modificação do capital social, a matéria deverá ser examinada pelo conselho de administração, e não pelo conselho fiscal.

124 No momento em que o conselho de administração procura fiscalizar a gestão dos diretores, está exorbitando de suas funções e adentrando na competência exclusiva do conselho fiscal.

125 A lei das sociedades anônimas prevê a possibilidade de o estatuto exigir manifestação prévia do conselho fiscal sobre atos ou contratos a serem firmados pela empresa.

Com relação à despesa pública, tendo como base a Lei n.º 4.320/1964 e as lições doutrinárias, julgue os seguintes itens.

126 É vedada a realização de despesa sem prévio empenho.

127 A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

128 A certificação do recebimento do fornecimento e da prestação do serviço é exigida no momento do pagamento da despesa.

129 O pagamento de inativos e pensionistas é classificado como despesa de capital.

130 O regime contábil adotado para a despesa pública é o de competência.

Pode-se conceituar orçamento como a lei periódica que contém a previsão das receitas e a fixação das despesas, programando a vida econômica e financeira do Estado, de cumprimento obrigatório, vinculativa do comportamento do agente público.

Regis Fernandes de Oliveira e Estevão Horvarth. **Manual de direito financeiro**. Revista dos Tribunais. 6.ª ed., p. 120.

Acerca dos princípios que têm por fim permitir a execução do orçamento público, julgue os itens a seguir.

131 Em cumprimento ao princípio da exclusividade, todas as receitas e todas as despesas dos poderes, fundos, órgãos e das entidades da administração pública direta e indireta devem estar incluídos no orçamento anual geral.

132 Em consonância com o princípio da universalidade, a previsão das receitas e a fixação das despesas são sempre referentes a um período limitado de tempo.

133 Em observância ao princípio da especificação, que comporta exceções, o orçamento não contém dispositivo estranho à previsão das receitas e à fixação das despesas.

No que se refere ao crédito tributário, nos termos do Código Tributário Nacional e das lições doutrinárias, julgue os itens seguintes.

134 O crédito tributário é constituído pelo surgimento da obrigação tributária principal.

135 O pagamento e a transação são hipóteses de extinção do crédito tributário.

136 A moratória, assim como a remissão, extingue o crédito tributário.

137 Isenção e anistia excluem o crédito tributário.

138 O parcelamento e a transação são causas de exclusão do crédito tributário.

Conforme a Lei Complementar n.º 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, e as lições doutrinárias sobre a gestão fiscal, julgue os itens que se seguem.

139 A responsabilidade na gestão fiscal envolve o cumprimento de metas relativas às receitas e despesas propostas nos orçamentos.

140 Estão na abrangência do setor público, definida na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), os Poderes Executivo, Legislativo (inclusive os tribunais de contas) e Judiciário.

O Código Civil dedica todo um capítulo aos direitos da personalidade.

Os tribunais de justiça de determinados estados da Federação vêm decidindo que os direitos da personalidade não se aplicam ao nascituro, ainda que venha a nascer com vida.

Um dos membros da comissão elaboradora do anteprojeto do Código Civil vem defendendo, em entrevistas e em artigos publicados em revistas jurídicas especializadas, que, de acordo com os debates ocorridos na referida comissão, quando da elaboração do código, a intenção era a de que determinados direitos da personalidade, em razão de suas finalidades eminentemente sociais, fossem garantidos ao nascituro, no caso de nascimento com vida.

Suponha que tenha sido publicada no Diário Oficial da União, do dia 19/2/2004, uma lei federal com o seguinte teor:

“Lei n.º WSR, de 18 de fevereiro de 2004

Define o alcance dos direitos da personalidade previstos no Código Civil (Lei n.º 10.406, de 10/1/2002).

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Os direitos da personalidade, previstos no Código Civil (Lei n.º 10.406, de 10/1/2002), não são aplicáveis aos nascituros.

Art. 2.º Esta lei entra em vigor no prazo de 1 (um) mês.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 18 de fevereiro de 2004; 183.º da Independência e 116.º da República.”

Ante a situação hipotética descrita e considerando que não foi questionada a inconstitucionalidade da Lei n.º WSR/2004, julgue os itens seguintes.

141 Ao interpretar a aplicabilidade das normas do Código Civil concernentes aos direitos da personalidade, o membro da comissão elaboradora do anteprojeto do Código Civil e os referidos tribunais utilizaram-se de critérios diversos: o primeiro, em uma interpretação autêntica, quanto à fonte, fez uso de critérios teleológico-objetivos, alcançando um resultado extensivo do conteúdo da lei; os tribunais, em uma interpretação judicial, quanto à fonte, utilizaram critérios lógico-sistêmicos, chegando a um resultado restritivo do conteúdo da lei.

142 A eficácia da Lei n.º WSR/2004, por se tratar de lei interpretativa, retroage à data de vigência do Código Civil, devendo ser garantidos, todavia, os direitos adquiridos por aqueles que os adquiriram em decorrência de critério interpretativo adotado antes da entrada em vigor dessa lei.

143 O artigo 2.º da Lei n.º WSR/2004 contraria dispositivo de lei complementar federal que determina que as leis que estabeleçam período de vacância deverão utilizar cláusula que dispõe que a lei entrará em vigor após decorrido o número de dias de sua publicação oficial.

144 A interpretação dada pelo membro da comissão elaboradora do anteprojeto do Código Civil contraria o próprio conceito de personalidade, visto que os direitos da personalidade, por sua própria natureza, são restritos às pessoas naturais, cuja personalidade civil começa do nascimento com vida, sendo o registro de nascimento, efetuado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais, de natureza meramente declaratória e carente de efeito constitutivo.

145 Os direitos da personalidade são, em regra, personalíssimos e intransmissíveis. Esses direitos integram o patrimônio jurídico da pessoa, sendo insusceptíveis de disponibilidade e de valoração econômica, e devem, portanto, ser sempre desconsiderados na avaliação da situação de insolvência do devedor, para fins de abertura de concurso de credores.

146 Caso seja celebrado, após a edição da Lei n.º WSR/2004, um negócio jurídico cuja resolução fique condicionada à obtenção de determinado direito da personalidade por um nascituro, tal negócio conterà uma condição juridicamente impossível, significando dizer que o referido negócio jurídico será inválido.

147 Um dos direitos da personalidade que poderia ser garantido ao nascituro é o direito ao domicílio; todavia, o Código Civil, ao exigir a presença do elemento subjetivo para a constituição de qualquer domicílio, impede a atribuição de tal faculdade ao nascituro, ante a impossibilidade fática de exprimir a sua vontade.

O prefeito de determinado município foi condenado pelo TCU ao pagamento da quantia de R\$ 128.000,00, atualizada monetariamente e acrescida de juros de 1% ao mês a contar de 15/1/2003, em decorrência da inexecução do objeto de um convênio celebrado com uma autarquia federal, que previa o repasse de dinheiro (R\$ 128.000,00) para a construção de uma escola, com prazo de execução até 15/4/2003 e de prestação de contas até 15/5/2003.

O referido prefeito interpôs recurso ao TCU, sob as seguintes alegações.

- 1.^a A empresa Alfa, contratada para executar a obra, e a prefeitura municipal deveriam ter sido condenadas solidariamente: a primeira, porque recebeu a integralidade dos recursos e não executou totalmente a obra; e a segunda, porque foi quem firmou o convênio.
- 2.^a Não poderia ter sido condenado a ressarcir o valor total do dinheiro recebido, visto que parte da verba foi aplicada na reforma, pela empresa Alfa, de escola diversa daquela prevista no convênio. A mudança do objeto conveniado teria ocorrido em razão da precária situação do imóvel em que essa escola estava instalada, o que caracterizaria estado de necessidade.
- 3.^a No dia 15/8/2003, houve um incêndio no arquivo da prefeitura, que teria destruído toda a documentação relativa ao convênio, fato que caracterizaria caso fortuito ou de força maior a impedi-lo de apresentar tais documentos ao TCU. Para comprovar que a escola foi realmente reformada, apresenta declarações escritas, subscritas por pessoas da comunidade.
- 4.^a Está disposto a resolver o problema, mediante a construção, com recursos municipais, da escola de que trata o convênio.
- 5.^a Acrescenta que poderá assinar um documento dando a casa onde reside em hipoteca para garantir a construção da escola, podendo, até mesmo, fazer constar do documento a proibição de venda do imóvel.
- 6.^a Os problemas na execução do convênio e na prestação de contas ocorreram em razão de se tratar de prefeitura de município pequeno, cujos servidores não dominam os detalhes da legislação federal aplicável aos convênios da espécie.
- 7.^a A correção monetária e os juros moratórios não deveriam incidir a contar de 15/1/2003 (data da transferência dos recursos), mas sim a partir da data em que teria sido citado pelo TCU; além disso, não estando previstos no termo de convênio, os juros deveriam ser os estabelecidos no Código Civil, ou seja, 0,5 % ao mês.
- 8.^a A condenação pelo TCU estaria lhe causando grave dano moral, visto que o banco comercial em que mantinha conta particular enviou-lhe correspondência comunicando que não procederá à renovação do seu cheque especial, motivo pelo qual, na realidade, deveria é ser indenizado pela União.

O Relator do recurso em questão encaminhou os autos ao Ministério Público junto ao TCU (MP/TCU) para o seu pronunciamento.

Ante a situação hipotética descrita ao lado, julgue os itens a seguir, considerando os argumentos que poderiam ser usados pelo representante do MP/TCU, ao prolatar o seu parecer acerca da matéria.

- 148 A existência de responsáveis solidários não exime o prefeito de sua responsabilidade, uma vez que o Código Civil estabelece que, havendo solidariedade passiva, o credor tem direito de exigir e receber de um ou de alguns dos devedores, parcial ou totalmente, a dívida comum; ademais, considerando que tanto a empresa Alfa quanto a prefeitura municipal são pessoas jurídicas, a primeira de direito privado e a segunda de direito público, o TCU pode apurar a responsabilidade de ambas em processos distintos.
- 149 A alegação de caso fortuito ou caso de força maior não pode ser acolhida pelo TCU, pois o incêndio na prefeitura ocorreu após o vencimento do prazo para prestação de contas e o Código Civil determina expressamente que o devedor em mora responde pela impossibilidade da prestação, embora essa impossibilidade resulte de caso fortuito ou de força maior, a menos que o responsável consiga provar isenção de culpa, ou que o dano sobreviria ainda quando a obrigação fosse oportunamente desempenhada.
- 150 Segundo princípio jurídico que condena o enriquecimento sem causa, aquele que, sem justa causa, enriquecer à custa de outrem será obrigado a restituir o indevidamente auferido. Todavia, no caso em questão, esse princípio não aproveita ao responsável, visto que ele não logrou êxito em comprovar que parte do dinheiro foi usada na reforma da escola, não servindo para essa finalidade as declarações subscritas por pessoas da comunidade, uma vez que o Código Civil estabelece expressamente que as declarações enunciativas não eximem os interessados em sua veracidade do ônus de prová-las.
- 151 O Código Civil determina que, se duas pessoas forem ao mesmo tempo credor e devedor uma da outra, as duas obrigações extinguem-se, até onde se compensarem. Assim, na situação hipotética apresentada, para que a 4.^a alegação pudesse ser acolhida pelo TCU, seria necessário que o prefeito efetivamente construísse a escola prevista no convênio com a utilização de recursos próprios particulares, e não com recursos municipais.
- 152 O argumento constante na 5.^a alegação não pode ser aceito porque, de acordo com o Código Civil, tratando-se de ato entre vivos, os direitos reais sobre imóveis só se adquirem com o registro no Cartório de Registro de Imóveis do respectivo título aquisitivo, ressalvados os casos expressos naquele Código, e também porque o mesmo Código Civil dispõe ser nula a cláusula que proíbe ao proprietário alienar imóvel hipotecado.
- 153 No que concerne ao argumento constante na 6.^a alegação, este não pode ser aceito pelo TCU, visto que a ninguém é dado alegar em seu benefício o desconhecimento da lei. Exceção a esse princípio está prevista no Código Civil, que estabelece ser anulável ato ou negócio jurídico, quando o erro de direito for o motivo único ou principal da sua realização e o reconhecimento do erro jurídico não implicar recusa à aplicação da lei.

154 A 7.^a alegação não procede porque o Código Civil preceitua que, nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se o devedor em mora, desde que o praticou; e adicionalmente porque, também consoante o Código Civil, quando os juros moratórios não forem convencionados, ou o forem sem taxa estipulada, ou quando provierem de determinação da lei, serão fixados segundo a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional.

155 A situação descrita na 8.^a alegação pode configurar dano moral; contudo, o prefeito deve alegar esse dano em ação judicial própria, intentada contra o banco causador do dano, ação essa em que será necessário apresentar prova objetiva do abalo à sua honra e à sua reputação.

Quando ao processo de execução, julgue os itens a seguir.

156 Decorridos mais de cinco anos após a execução fiscal para cobrança de débito relativo a Imposto Territorial Rural, sem qualquer manifestação do credor durante todo esse período, pode o julgador reconhecer de ofício a ocorrência da prescrição intercorrente, mesmo se não houver manifestação do executado pleiteando a extinção do feito.

157 Nas hipóteses em que as objeções do devedor possam ser reconhecidas de ofício pelo juiz, admite-se que aquele, em vez de interpor embargos, oponha exceção de pré-executividade, sendo, entretanto, indispensável que o devedor garanta o juízo.

Em relação a partes, formação, desenvolvimento e extinção do processo, julgue os itens que se seguem.

158 Não se verifica litispendência se, em uma ação, a parte autora é sindicato, substituindo servidores individualizados, e, na outra, os autores estão demandando individualmente, embora idênticos a causa de pedir e o pedido.

159 O sistema processual civil brasileiro, a partir da reforma de 2001, deixou de adotar o processo legal fechado, passando a admitir o ingresso de terceiros na relação processual entre autor e réu sem que haja interesse jurídico daqueles na solução da lide, seguindo a orientação do direito norte-americano. Assim, qualquer pessoa que se intitule *amicus curiae* pode, sob tal designação, ingressar no feito, excetuadas as hipóteses em que o processo corre em segredo de justiça.

160 Pessoa jurídica de direito público tem legitimidade para impetrar mandado de segurança e propor ação civil pública.

161 Existe conexão entre diversas ações de reparação de danos propostas contra o causador de acidente envolvendo três ou mais veículos, em múltipla colisão.

162 Não pode o juiz decretar a decadência ou prescrição, extinguindo o feito com julgamento de mérito, antes da citação do réu, ainda que a questão envolva direitos não-patrimoniais, porque não se pode conceber que a causa seja julgada sem que a relação processual tenha sido aperfeiçoada com o chamamento do réu ao processo.

163 Se o réu deixar de alegar a ilegitimidade ativa na contestação, a questão não mais poderá ser por ele arguida, tendo em vista o princípio da eventualidade, consagrado no art. 300 do Código de Processo Civil, segundo o qual incumbe ao réu alegar na contestação toda a matéria de defesa.

164 Somente quem deduz pedido inicial pode obter tutela antecipada. Ao réu, esta jamais será concedida, ainda que ofereça reconvenção.

165 Tratando-se de prestações periódicas, o autor deverá aditar a inicial toda vez que uma delas vencer, possibilitando, assim, que sejam todas as prestações vencidas no curso do processo, incluídas na sentença condenatória.

No que se refere aos recursos, julgue os seguintes itens.

166 O recurso de apelação é interposto perante o juízo de 1.^o grau e o de agravo, diretamente ao tribunal competente.

167 Não cabe agravo de instrumento, mas agravo retido, em relação às questões decididas em audiência de instrução e julgamento ou posteriores à sentença, excetuada a hipótese de decisão que não recebe a apelação ou que a recebe em efeitos inadequados.

168 É irrecorrível o despacho do relator que ordena a transformação do agravo de instrumento em agravo retido.

169 Sendo conhecida e improvida a apelação, mantida na integralidade a decisão da instância *a quo*, a decisão proferida pela instância *ad quem* substitui integralmente a decisão recorrida.

170 Se o juiz *a quo* admite recurso de apelação interposta intempestivamente, pode o tribunal deixar de conhecê-la por intempestividade, revendo o juízo de admissibilidade do recurso feito originariamente pelo órgão de instância inferior, não se podendo falar em ocorrência de preclusão *pro iudicato*.

Com relação às diferenças entre crime e contravenção, julgue o item abaixo.

171 Considere que Caio tenha sido, acertadamente, condenado a uma pena privativa de liberdade pela prática de um fato penalmente relevante. Se, nesse caso, a lei penal permitiu a aplicação de pena de reclusão, o fato que originou a condenação de Caio somente pode ter sido um crime.

Quando aos elementos subjetivo e normativo da infração penal e à relação de causalidade, julgue os itens que se seguem.

172 Em se cuidando de crime em que não houve a consumação por circunstâncias alheias (e contrárias) à vontade do agente, a lei penal impõe a redução da pena prevista em abstrato. Mas certos crimes não permitem essa redução da pena para eles prevista em abstrato, ocorra ou não o resultado pretendido pelo sujeito ativo.

173 Em caso de crime culposo, a lei penal não exige que se perquiria o nexo de causalidade objetivo entre a conduta e o resultado, porque, nesses casos, a conduta não é conscientemente dirigida à realização do resultado penalmente relevante.

174 Salvo os casos expressos em lei, ninguém pode ser punido por fato previsto como crime, senão quando o pratica dolosamente.

Valendo-se do cargo público que ocupa em órgão estadual encarregado de emitir carteira de identidade civil, Tício solicitou, para si, indevidamente, a quantia de R\$ 1.000,00, para emitir uma carteira falsa em favor de Paulus. Ocorre que, já na ocasião dessa solicitação, Tício não tinha a intenção de emitir a referida carteira e, de fato, após receber o numerário, não a emitiu.

Considerando a situação hipotética acima, julgue os itens subseqüentes.

175 Nesse caso, sem prejuízo de que possa haver outro crime qualquer, o certo é que não há crime de corrupção passiva, pois não houve a intenção nem a assunção do risco de praticar o ato prometido.

176 Caso Tício seja condenado por esse fato, a sentença penal condenatória irrecorrível tornará certa a sua obrigação de reparar eventual dano causado pelo crime, sem que seja novamente analisada a existência do fato e a sua autoria no juízo cível.

177 Caso Tício pudesse, por esse fato, ser condenado a uma pena privativa de liberdade de oito anos, estaria sujeito, também, à perda do cargo público que ocupa, como efeito específico da sentença penal condenatória irrecorrível, sem qualquer necessidade de que a isso faça menção o julgado.

Na Parte Geral, Título II (Do Crime), Artigo 22, o Código Penal dispõe sobre causas de exclusão da culpabilidade nos seguintes termos:

Se o fato é cometido sob coação irresistível ou em estrita obediência a ordem, não manifestamente ilegal, de superior hierárquico, só é punível o autor da coação ou da ordem.

Considerando essa disposição, julgue os itens a seguir.

178 Se, por coação moral irresistível, um indivíduo foi obrigado a praticar um fato definido como crime, ele não se beneficiará dessa norma, porque a coação de que trata o artigo é a coação física absoluta.

179 Se, em uma empresa privada, obedecendo a uma ordem não manifestamente ilegal do seu patrão, o empregado Marcus comete um fato definido como crime, ele não será punido pela lei penal.

Acerca dos crimes contra a administração pública, julgue os itens a seguir.

180 Considere a seguinte situação hipotética.

Brutus, deputado estadual, costuma apresentar-se aos eleitores que o visitam em seu gabinete como procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União licenciado para o exercício de cargo eletivo, o que só ele sabe ser inverídico.

Nessa situação, sobre a conduta de Brutus não incide o crime de usurpação de função pública.

181 Considere a seguinte situação hipotética.

O funcionário público Alberto, com competência para tal, deixou, por negligência, de responsabilizar subordinado seu que havia cometido infração funcional no exercício do cargo.

Nessa situação e a despeito da sua conduta, Alberto não cometeu o crime de condescendência criminosa.

Acerca dos crimes de responsabilidade, dos atos de improbidade praticados por agentes públicos e de suas sanções, julgue os itens que se seguem.

182 Considere que Alex auferiu vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de mandato eletivo como deputado federal. Nesse caso, como as sanções impostas aos atos que importam em improbidade administrativa são aplicáveis aos agentes públicos, conforme a definição da Lei de Improbidade, elas não alcançam Alex, que é agente político.

183 Quaisquer dos atos de improbidade administrativa descritos na Lei de Improbidade Administrativa comportam, em tese, a pena de perda da função pública.

184 Não se configura como ato de improbidade administrativa o ato administrativo que viole dever para com os princípios da administração pública, sem causar prejuízo ao erário ou o enriquecimento ilícito do agente público.

185 Se o procurador-geral da República emitir parecer em um processo, sabendo ser, por lei, suspeito para atuar na causa, ele cometerá, em tese, crime de responsabilidade. O mesmo não se dá em se tratando do procurador-geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União.

Com relação ao TCU, julgue os itens subseqüentes.

186 Se o TCU julgar irregulares as contas de um gestor de recursos públicos em razão de alcance por ele perpetrado e imputar-lhe o débito correspondente, condenando-o ao ressarcimento do erário, a Advocacia-Geral da União (AGU) poderá executar essa decisão, que será dotada de eficácia de título executivo independentemente de inscrição em dívida ativa da União por parte da AGU.

187 Sempre que se julgar lesado por decisão tomada pelo TCU, o cidadão poderá recorrer ao Poder Judiciário, mas o remédio juridicamente adequado não será a impetração de mandado de segurança contra o ato do tribunal, seja porque as decisões deste somente podem ser desconstituídas mediante dilação probatória, seja porque o tribunal não poderá figurar no pólo passivo da ação mandamental.

188 Atos administrativos cuja nulidade venha a ser constatada pelo TCU devem ser por este sustados, caso recomendação nesse sentido não seja acatada pela autoridade administrativa competente.

Acerca da Lei Orgânica e do Regimento Interno do TCU, julgue os itens a seguir.

189 Considere a seguinte situação hipotética.

Ao realizar a tomada de contas especial (TCE) relativa a uma sociedade civil, pessoa jurídica privada, beneficiária de recursos públicos, o TCU verificou que Pedro, presidente dessa sociedade civil, opunha obstáculos indevidos ao desenvolvimento dos trabalhos. O MP/TCU então requereu ao tribunal o afastamento de Pedro, o que foi deferido.

Nessa situação, a medida de afastamento de Pedro não está juridicamente amparada pela Lei Orgânica do TCU.

190 O julgamento de consulta por parte do TCU constitui prejulgamento de tese jurídica que o tribunal tenha apreciado, mas não serve como decisão de caso concreto; este deve ser objeto de processo específico.

191 Os liquidantes de empresas sob intervenção do poder público federal são nomeados pela autoridade competente para decretar a intervenção; nesses casos, a pessoa do liquidante não está sujeita à jurisdição do TCU, mas, sim, à da autoridade que o nomeou, pois será dela a responsabilidade pelos atos daquele.

192 No TCU, o Código de Processo Civil pode aplicar-se em caráter subsidiário do Regimento Interno do órgão.

193 De acordo com o Regimento Interno do TCU, o MP no tribunal deverá ter um representante funcionando perante cada câmara do órgão; a lista tríplice de membros do MP/TCU para o cargo de ministro deverá ser composta pelo Plenário do tribunal; o membro do MP poderá propor à câmara que afete ao Plenário o julgamento de certas matérias, quando a relevância delas o recomendar; o membro do MP deverá manifestar-se quanto ao mérito das questões que analisar, ainda quando suscite preliminar.

Em relação à tomada e à prestação de contas, às sanções aplicáveis a responsáveis por dinheiros públicos e às contas do presidente da República, julgue os itens seguintes.

194 Em determinados casos, um cidadão que não seja agente público pode estar sujeito à jurisdição administrativa do TCU e ao processo de tomada de contas especial.

195 Tomada de contas especial arquivada pode, em certos casos, ser objeto de desarquivamento.

196 Sabendo que o processamento da tomada de contas especial é procedimento administrativo sujeito a ataque na via judicial e constitui mecanismo de autotutela da administração pública, é indispensável a abertura de vista ao interessado para oferecer defesa.

197 O gestor de recursos públicos que haja deixado o cargo não mais poderá sofrer sanção aplicável pelo TCU, embora possa ser responsabilizado nas esferas civil e penal, se for o caso.

198 Caso o presidente da República não apresente ao Congresso Nacional suas contas anuais no prazo fixado na Constituição, caberá ao presidente do Senado Federal instaurar processo de tomada de contas especial para essa finalidade, no início da sessão legislativa seguinte àquela em que as contas deveriam ter sido prestadas.

A respeito da legalidade dos atos de pessoal, julgue os seguintes itens.

199 Considere a seguinte situação hipotética.

Flávio era servidor público federal e, por força de decisão transitada em julgado, obteve o reconhecimento de determinada verba remuneratória, inclusive para fins de aposentadoria. Implementadas as condições constitucionais, o servidor foi aposentado. O TCU, ao apreciar o ato de aposentação, para fins de registro, entendeu juridicamente indevida a citada verba remuneratória e, por consequência, negou registro ao ato.

Nessa situação, agiu corretamente o TCU, por haver exercido sua competência constitucional.

200 Se o TCU receber ato de aposentadoria, para fins de registro, e constatar que é ilegal uma das verbas componentes dos proventos do servidor, entre as apontadas pela administração, deverá, *ex officio*, retificar o ato de aposentação, registrá-lo e comunicar o fato ao órgão no qual o agente público haja obtido aposentadoria.